

LISTA VERMELHA DA FLORA VASCULAR DE PORTUGAL CONTINENTAL



DESAFIOS PARA O FUTURO

CATARINA MEIRELES CARLOS PINTO GOMES

Departamento de Paisagem, Ambiente e Ordenamento, Escola de Ciências e Tecnologia. Universidade de Évora, Évora; Instituto de Ciências Agrárias e Ambientais do Mediterrâneo (ICAAM).

CARLOS NETO

Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT). Universidade de Lisboa, Lisboa; Centro de Estudos Geográficos (CEG).

A iminência de uma extinção acelerada do nosso património biológico (designada na literatura como extinção holocénica), resultante do impacto de diversos processos recentes da história da humanidade (cuja ampliação se prevê no futuro), como as alterações climáticas e as alterações profundas da ocupação e uso do solo, é hoje um dos grandes problemas que enfrenta a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável em todo o mundo.

A inversão desta tendência só será possível se conseguirmos (re)conhecer este património, estabelecer prioridades de conservação, definir medidas de gestão e proteção e, além disso, se formos capazes de o monitorizar e fiscalizar.

Terminada esta etapa da Lista Vermelha, a ideia generalizada de que tudo era (bem) conhecido «caiu por terra». Apesar do esforço e do contributo de toda a equipa, composta por investigadores das ciências da vegetação (principalmente botânicos), muitos já com décadas de experiência, tornou-se evidente que ainda há muito por fazer na área da Botânica, disciplina estruturante para a conservação da natureza, mas também para as visões atuais da economia e da sociedade sustentáveis.

Chegados aqui, ao momento em que a informação existente foi compilada e o risco de extinção das principais espécies da flora vascular de Portugal continental foi avaliado, o passo seguinte será, inevitavelmente, estabelecer prioridades de intervenção. Em primeiro lugar, devemos direcionar os nossos esforços para evitar as extinções e reverter os declínios populacionais nas plantas mais sensíveis. Tal só será bem-sucedido se formos capazes de transpor a informação deste trabalho para o planeamento, ordenamento e gestão do território, complementando com legislação específica, que deve abranger os nossos endemismos, muitas vezes esquecidos pela legislação existente. Contudo, convém destacar, igualmente, a importância de três outros processos: a implementação de medidas de gestão diretas, que permita reverter os declínios populacionais e melhorar a estrutura e função dos *habitats* destas espécies; a monitorização regular dos núcleos populacionais e da qualidade dos seus *habitats*; e a existência de fiscalização por parte das entidades competentes, que permita assegurar o cumprimento da legislação vigente.

Além disto, outro aspeto importante para a boa execução deste conjunto de medidas é a existência de um corpo técnico-científico competente, capaz de assegurar a boa

execução destes serviços e de se adaptar aos desafios futuros. Contudo, a sua existência pode estar comprometida nas próximas décadas. À semelhança do que acontece com outras ciências naturais, mais ligadas aos conhecimentos de base, a prática da botânica entrou em declínio em Portugal. A baixa popularidade dos estudos de campo, em detrimento das análises teóricas, baseadas em dados primários preexistentes, tornou a prática da botânica uma atividade ameaçada nos nossos dias, podendo mesmo estar seriamente comprometida a curto e médio prazo. Aqui, o papel do Estado, das universidades e das associações profissionais é fulcral para devolver a devida importância a esta disciplina nobre e secular.

Face ao desafio com que nos deparamos, que é tão ambicioso quanto crucial, é necessário que os nossos governantes compreendam verdadeiramente o valor do nosso património botânico e o façam refletir nos seus orçamentos. Estes devem garantir a existência de verbas direcionadas especificamente para a conservação da flora, mas também assegurar o lançamento periódico de programas e projetos nesta área, de modo a permitir a existência de especialistas e a fixação dos mais jovens na área das ciências da vegetação em geral e da botânica em particular. Neste sentido, não nos podemos esquecer do papel importante que têm as associações e as sociedades científicas, como a Sociedade Portuguesa de Botânica ou a Associação Portuguesa de Ciência da Vegetação — PHYTOS. A sua existência é fundamental para a troca de conhecimentos entre gerações, formação de jovens profissionais e convocação dos seus associados para a elaboração de trabalhos de cariz nacional, como é exemplo a Lista Vermelha da Flora Vascular de Portugal Continental. Estas associações/sociedades científicas não podem ser esquecidas e devem, por isso, ser devidamente «acarinhas» pelo Estado.

Finalmente, uma última palavra para os botânicos atuais. Destes, espera-se que continuem o seu esforço e dedicação, pois só com o seu trabalho será possível continuar a melhorar o conhecimento que temos sobre a flora e a vegetação nacionais. Além disso, também se espera que sejam capazes não só de cativar e ensinar os mais jovens, como de tornar os conhecimentos botânicos «vulgares aos olhos de todos», isto é, aos que direta e indiretamente têm responsabilidades no planeamento, ordenamento e gestão do território, mas também à sociedade em geral. Só assim poderemos assegurar um futuro promissor e duradouro para este património que é de todos nós, dos portugueses de agora e dos portugueses vindouros.